



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
18/02/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 5

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 14/02/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge, dado que o candidato imediatamente a seguir comunicou a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **ORDEM DO DIA**

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

1. Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro; Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Exercício dessas competências no ano de 2019"

2. Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016. Audiência Prévia

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1. Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro; Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Exercício dessas competências no ano de 2019"**

109 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

**A** - No dia 30 de janeiro de 2019 foram publicados os seguintes diplomas de concretização de transferências de competências para os órgãos municipais em alguns domínios, a saber:

i) Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da educação**, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

ii) Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da cultura**, ao abrigo do artigo 15.º da Lei 50/2018 de 16 de agosto;

iii) Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da saúde**, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei 50/2018 de 16 de agosto;

**B** - Todos os diplomas supra identificados contêm um artigo com a seguinte redacção:  
«1 — O presente decreto-lei produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte.

2 — Relativamente ao ano de 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto -lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei.».

**C** - O Decreto-Lei 21/2019 estabelece claramente que os municípios que queiram opor-se ao exercício das novas competências no domínio da educação no decurso do ano de 2019, essa comunicação deverá ser feita à DGAL até 30 de abril de 2019;

**D** - O Decreto-Lei 22/2019 menciona expressamente a data de produção de efeitos do mesmo. No entanto, não refere expressamente, a data da sua entrada em vigor, que é uma figura jurídica distinta daquela. Sobre esta matéria, estabelece o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, alterada, [regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas] que, sempre que os diplomas sejam omissos quanto à data de entrada em vigor, deverá entender-se que os mesmos entrarão em vigor no quinto dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República, data a partir da qual passará o correr termos o aludido prazo de sessenta dias para o envio da eventual (e já referida) comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). Assim, caso o Município da Marinha Grande queira opor-se ao exercício das novas competências no decurso do ano de 2019, no domínio da cultura, essa comunicação deverá ser feita à DGAL até 01 de abril de 2019;

**E** - O Decreto-Lei 23/2019 estabelece claramente que os municípios que queiram opor-se ao exercício das novas competências no domínio da saúde no decurso do ano de 2019 terão de o comunicar à DGAL no prazo de 60 dias a contar da data da publicação do despacho referido no n.º 3 do art.º 25.º - mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização;

**F** - Analisados os 3 (três) Decretos-Lei acima identificados e todo o quadro legal disponível sobre transferências de (novas) competências para os órgãos municipais, verificamos que não existe um conhecimento pleno sobre a real extensão e alcance das competências nos vários domínios das mesmas, nomeadamente no que respeita aos montantes das transferências financeiras do Estado para as entidades que vão receber as novas competências e se as transferências das novas competências serão, ou não, acompanhadas de recursos humanos e, em caso afirmativo, qual o seu número.

**G** - A aceitação das competências nos domínios da educação (DL 21/2019) e da saúde (23/2019) terá um forte impacto, além de financeiro, na estrutura organizacional da Câmara Municipal que, efetivamente, não está totalmente preparada tal, sobretudo, ao nível da gestão dos recursos humanos e a manutenção dos imóveis afetos aos respetivos serviços;

**H** - Após análise, apreciação e discussão de cada um dos diplomas setoriais acima identificados, a Câmara Municipal entende que **não estão reunidas as condições necessárias para, no ano de 2019, assumir o exercício e assunção das competências** previstas no:

- i. Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da educação**, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
- ii. Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da cultura**, ao abrigo do artigo 15.º da Lei 50/2018 de 16 de agosto;
- iii. Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da saúde**, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei 50/2018 de 16 de agosto;

Razão pela qual se entende:

a) Que seja remetido à Assembleia Municipal da Marinha Grande a proposta de deliberação no sentido de que no Município da Marinha Grande, **não** estão reunidas as condições **técnicas, financeiras e funcionais** necessárias para o exercício responsável e assunção das novas competências constantes do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

**I** - Considerando quanto fica exposto acima a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, **deliberou por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra, propor à Assembleia Municipal** que:

a) **Ao abrigo da sua competência prevista no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro e no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º**

**101/2018, de 29 de novembro, no ano de 2019, os órgãos municipais do Município da Marinha Grande não poderão exercer as competências previstas nos diplomas legais em epígrafe, por não se encontrarem reunidas as condições técnicas, financeiras e funcionais necessárias para o seu pleno e responsável exercício;**

**b) A deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“O reforço do poder local e a descentralização de competências em tese é uma coisa muito boa, pelo menos para nós que acreditamos que as autarquias conseguem fazer mais com menos recursos e conhecem muito melhor os problemas dos cidadãos do nosso concelho. Poderá haver algumas dificuldades internas, dado o nível do modelo de funcionamento desta câmara, das opções políticas que têm tomado, a manifesta dificuldade de gestão, entre tantos mais problemas.*

*A informação disponível existe apenas em abstrato. Não sabemos em concreto o que será transferido por cada diploma, bem como os recursos humanos, materiais e financeiros que necessitaremos para as executar. Tudo é uma nuvem sem clarificação, mas queremos decidir em consciência de que estamos a fazer o melhor para a nossa população.*

*Tendo em conta que mais tarde temos de vir a aceitar todas estas competências, precisamos, por agora, que a Câmara clarifique melhor alguns pontos e negocie com o governo, para estarmos preparados para aceitar estas competências, beneficiando os nossos municípios sem acrescidos custos para a Câmara e consequentemente para os contribuintes marinhenses.*

*Do ponto de vista genérico, sob condição de negociação de recursos humanos, financeiros e técnicos, **somos favoráveis à descentralização de todas as competências.***

*Por essa razão entendemos votar contra a proposta de deliberação de não exercer as competências para os Órgãos Municipais - Exercício dessas competências no ano de 2019.”*

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, reiteraram a declaração de voto proferida na reunião extraordinária do passado dia 25/01/2019, que se transcreve:**

*“Quando falamos neste tema (descentralização para as autarquias) é fundamental ter em mente aspectos que devem reger esta matéria.*

*1º: o financiamento: sem finanças locais bem definidas não é possível realizar alterações condignas às situações com que nos defrontamos e temos que resolver. Relembramos que a 1ª Lei das Finanças Locais só foi publicada em 1979. Só que, desde então, todos os governos, inclusive o atual, nunca a cumpriram nas suas várias versões. E estamos a falar de muitos milhões de euros (e de contos) que foram retirados às autarquias locais!*

*2º: As competências que devem ser atribuídas a cada um dos níveis de poder: a Lei 1/79 (Lei das Finanças Locais) impôs ao governo que apresentasse na AR um projeto sobre as responsabilidades da administração central e do poder local quanto aos respectivos investimentos. Sucede porém que, apesar de aprovada por unanimidade em 27/6/1976 (projeto de Lei do PCP) tal Lei nunca foi publicada. Conclusão: estamos num limbo, vivemos*

*num regime sem racionalidade e de falsa legitimidade em todas as situações em que têm sido concretizadas as "diversas descentralizações".*

*3º: Depois temos ainda que definir bem as articulações e a coordenação entre o poder central, as regiões administrativas e os municípios. Não havendo regiões administrativas podemos estar a eternizar uma solução que emperra todo o processo da regionalização.*

*Estamos perante um processo em que o Governo em vez de procurar descentralizar competências, está antes a tentar desconcentrar a incompetência!*

*Por outro lado, não podemos de deixar de chamar a atenção para o acentuar das assimetrias regionais que esta descentralização pode provocar.*

*Concluindo: que fique bem claro que não estamos contra a descentralização, é algo que a CDU defende há largos anos, a qual não pode ser desgarrada da criação das regiões administrativas, com reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações, devendo ser encetado um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, devendo identificar-se claramente no domínio das novas competências, as que se adequam ao nível municipal e que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados, e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.*

*Entendemos que há competências, já neste pacote legislativo, que faz todo o sentido serem assumidas pelas autarquias, mas devemos aproveitar o tempo que a Lei nos concede para nos prepararmos o melhor possível para as aceitarmos.*

*A Srª Presidente, aceitando já estas competências, depois não se venha lamentar que os recursos não chegam, que não tem dinheiro, que o dinheiro não chega para tudo, que não dispõe de recursos humanos para assegurar o que está agora, e já, disposta a aceitar!*

*São conhecidas as dificuldades que este Executivo Permanente tem em cumprir as suas próprias competências, quanto mais novas competências que eram, até agora, do Governo Central!*

*Face aos motivos expostos, votámos no sentido da não aceitação das competências propostas."*

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU declararam ainda o seguinte:**

*"A declaração de voto é a mesma, reforçada pelo facto de as competências em análise se revestirem de enorme importância em setores chave do desenvolvimento social e que, mais uma vez, vêm desacompanhadas dos meios financeiros e recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento dos mesmos."*

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votámos a não aceitação destas propostas de descentralização uma vez que sentimos não ter ainda condições para assumirmos estas competências.*

*Temos edifícios em que terão de ser identificadas as obras a realizar e não temos valores para saber a contratualização a fazer com o Governo. Nos recursos humanos há ainda que avaliar se o rácio está a ser cumprido e há que aferir se o número de funcionários quer para a educação quer para a saúde é o correto. Ainda e sobretudo estamos em período de admissão de funcionários para a autarquia e temos plena consciência que com a admissão de novas competências temos de fazer uma nova reorganização de serviços.*

*Por entendermos que nesta data ainda há procedimentos internos que temos de fazer, e por não termos todos os processos devidamente identificados, entendemos não aceitar ainda as competências plasmadas nos diplomas referidos nesta deliberação."*

**Os Srs. Vereadores Carlos Caetano e Célia Guerra subscreveram a declaração de voto da Sr.ª Presidente.**

**A presente deliberação foi aprovada em minuta.**

## **2. Declaração de nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15-12-2016. Audiência Prévia**

A **Sr.ª Presidente** recordou que este assunto diz respeito ao Mariparque, já aqui tinha estado, o Sr. Vereador Aurélio tinha levantado questões, que já foram respondidas, e por isso o assunto está aqui novamente, com a informação jurídica para a declaração de nulidade, por se ter tomado consciência de que o ato administrativo era nulo.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que ainda tem dúvidas, e referiu o seguinte:**

- A deliberação de 15/12/2016 propunha passar a pagar toda a água pelo 1º escalão, e apesar de estarmos em dezembro de 2016, tinha retroatividade a janeiro de 2016 (era todo o ano)

- Em 15/12/2016, já se sabia, pelo parecer da técnica agora invocado, que “a deliberação tomada por não cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis **é ilegal**.”

- Alertei para esse facto, pedi para ser retirado o ponto e todos votaram contra. Insistiram e votaram a deliberação a favor, e eu, analisando o parecer que tínhamos, dizia que estavam a cometer uma ilegalidade. Sozinho votei contra, na presença do munícipe Dr. Almeida Gomes, presidente do conselho de administração da Mariparque. Não votei contra só porque sou contra, mas porque estavam a cometer uma ilegalidade, como agora vêm assumir. Agora querem anular a asneira que fizeram.

- Ninguém é mais a favor de investimento e desenvolvimento económico da Marinha Grande do que eu. Mas os incentivos ao investimento têm de ser feitos doutra forma, sempre dentro da legalidade e ser aplicados a todos nas mesmas condições e não apenas a um empreendedor. Não pode haver exceções para beneficiar um em detrimento de outro.

- É interessante ler a declaração de voto da então Sra. vereadora Cidália Ferreira, hoje presidente de Câmara, que vulgarmente diz não ter nada a ver com o passado. Então vejamos:

**“A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*Tomámos uma decisão com base na autonomia do poder local, consignado na lei que confere aos municípios a competência para estabelecer as tarifas.*

*Ao longo de todo este processo foi aqui reafirmado o empenhamento da autarquia na resolução desta matéria.*

*“Devia estar resolvido há muito tempo”, pois devia, mas como em tudo tem de ser feita uma análise mais profunda sobre as situações e as formas de as resolver.*

*Neste caso, a promoção do turismo está em causa.*

*Está em causa o desenvolvimento também deste empreendimento turístico único no nosso concelho.*

*As decisões políticas têm de ser consubstanciadas no superior interesse do nosso município e por essa razão votámos favoravelmente esta proposta, que tem como princípio um incentivo ao investimento.*

*Alterações ao regulamento para resolver estas questões, como aqui foi proposto, fará com que haja aumento da água a todos os munícipes.*

*Não é isto que nós queremos.”*

- A Sra. presidente afirmou ainda, e lendo o que está na acta: “A Sra. Vereadora Cidália Ferreira disse que aquilo que se está a fazer é a tomar medidas para defender os interesses do concelho, expressando o seu sentido de voto favorável, uma vez que **a defesa desses interesses deve estar acima de qualquer parecer técnico**.”

- Sra. Presidente, apesar de eu, com base nos pareceres técnicos que existiam, os mesmos que agora servem para anular a decisão, ter alertado que não era possível tomar esta deliberação, a Sra. Presidente preferiu uma decisão para agradar ao munícipe, acima de qualquer parecer, **mesmo cometendo uma ilegalidade**, que dá perda de mandato.

- É desta forma que a Sra. Presidente preside à Câmara?

- Terminei na altura a minha declaração de voto com a frase: "Este processo é demasiado gravoso e, atendendo ao meu sentido de responsabilidade, registo, em ata, a necessidade de o enviar para a ERSAR e o Ministério Público."

Sra. Presidente, o executivo permanente de então, constituído pelo Sr. Presidente Paulo Vicente e pela Sra. vereadora Cidália Ferreira, atuaram em conformidade com a minha indicação de enviar para o Ministério Público e a ERSAR?

- De quem é a responsabilidade da deliberação que cometeu uma ilegalidade? Apenas de quem a votou favoravelmente, e nesta mesa, só está a Sra. Presidente.

- Recordo que, segundo o parecer técnico em 12/12/2016, "o volume de faturação da Mariparque em 2016 foi de 66.278,67€, sendo que destes estavam em mora faturas que totalizam o valor de 34.982,03€".

**SOLICITAÇÃO:**

- Extrato de conta corrente desde 1/1/2016 até à presente data

**PERGUNTAS:**

- a) a faturação desde dezembro 2016 teve em conta a deliberação de 15/12/2016, em que a empresa devia pagar pelo 1º escalão ?
- b) houve retroatividade a 1 de janeiro de 2016, conforme deliberação aprovada pela maioria ?
- c) quanto foi faturado e pago pela Mariparque ?
- d) quanto devia ter sido pago se tivesse sido executado conforme a deliberação ? Ou seja, quanto foi efetivamente faturado (e pago?) a mais?
- e) quem é a responsabilidade do prejuízo ao erário público?
- f) e agora o município, com toda a legitimidade, que ações vai intentar contra a câmara?

O Mpm não compactua com esta situação. A Sr.ª Presidente nada faz, deixa prescrever a dívida de um cidadão e cobra a todos os outros. Isto é ilícito e nós não compactuamos com isto. Dado que a Sr.ª Presidente até ao momento não o fez, isto é, não define mecanismos precisos de cobrança da dívida, vemos-mos obrigados a comunicar isto às entidades competentes para averiguação destes processos."

A **Sr.ª Presidente** referiu que não voltava a retirar o assunto, porque tomou consciência da ilegalidade da deliberação de 2016. Entende que o Sr. Vereador Aurélio tem toda a legitimidade de pôr questões, que irá enviar para os serviços e pedir para que sejam respondidas.

Referiu ainda que quando toma decisões é sempre quando lhe parece que são as mais justas e não para agradar a ninguém, como o Sr. Vereador disse. Das informações colhidas na altura pareceu-lhe que a decisão tomada era a mais justa. Mas agora, ao tomar consciência de que a deliberação era ilegal, trouxe aqui o assunto e quer pôr a proposta a votação.

**Seguiu-se uma troca de pontos de vista entre o Sr. Vereador Aurélio Ferreira e a Sr.ª Presidente, que de seguida colocou a votação a seguinte proposta:**

110 - Presente informação I/290/2019 de 07-02-2019 sobre o assunto em epígrafe, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Em 15 de dezembro de 2016 foi tomada deliberação camarária de alterar as tarifas aplicáveis ao cliente nº 415812 - Mariparque - Parque Aquático e de Diversões, em matérias de consumo de águas, de saneamento e de resíduos urbanos.



A Divisão de Administração e Modernização emitiu informação, em 12 de dezembro de 2016, na qual expressa que a deliberação tomada, por não cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis, é ilegal, conforme informação anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Por informação jurídica sumária, de 28 de maio de 2018, em anexo, foi esclarecido que a referida deliberação é nula nos termos do artigo 161º nº 2 alínea e) do Código do Procedimento Administrativo e que a nulidade pode ser declarada pela Câmara Municipal, sem dependência de prazo, de acordo com o artigo 162º nº 2 do mesmo Código. Contudo, deve ser precedida de audiência prévia, nos termos dos artigos 121º e ss do Código do Procedimentos Administrativo.

A nulidade da deliberação pode, ainda, ser fundamentada nos termos do artigo 161º nº 2 alínea l) do mesmo Código.

À presente data, a referida deliberação mantém-se válida bem como os pressupostos de facto e de direito acima descritos.

**A Câmara Municipal delibera notificar o cliente nº 415812 Mariparque - Parque Aquático e de Diversões, para os efeitos previstos dos artº 121º e ss, se pronunciar, querendo, em sede de audiência prévia escrita, no prazo de dez dias úteis a contar da notificação da presente deliberação, sobre a intenção de declarar a nulidade da deliberação camarária nº 794, de 15 de dezembro de 2016, nos termos dos artigo 161º, nº 2, alínea e) e alínea l) e artigo 162º nº 2 do Código do procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Em 15/12/2016 alertámos para o parecer técnico da chefe de divisão que dizia que a proposta de deliberação por não cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis, era ilegal. A Sra. Presidente Cidália Ferreira, então vereadora, não quis saber e preferiu cometer a ilegalidade, para agradar ao munícipe que estava presente na reunião. Ninguém é mais a favor de investimento e desenvolvimento económico da Marinha Grande do que eu. Mas os incentivos ao investimento têm de ser feitos doutra forma, sempre dentro da legalidade, e ser aplicados a todos nas mesmas condições e não apenas a um empreendedor. Não pode haver exceções para beneficiar um em detrimento de outro.*

*Vem agora, passados mais de dois anos, a proposta de declarar a nulidade da deliberação então tomada, o que era óbvio que teria de acontecer, para não haver perda de mandato.*

*Colocam-se duas questões:*

- a) Que prejuízo houve para o erário público e de quem foi a responsabilidade?*
- b) Criaram expectativas no munícipe, como vão ser resolvidas?*

*A Sr.ª Presidente não define mecanismos precisos de cobrança das dívidas, apesar das solicitações repetidas da chefe de divisão e outras técnicas, o que implica prejuízos avultados para o erário público, nomeadamente por motivo da sua prescrição, no entanto, cobra a outros. Isto é ilícito e nós não compactuamos com esta atuação, por isso vemo-nos obrigados a comunicar isto às entidades competentes para averiguação destes processos.”*

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“O meu sentido de justiça ao tomar uma decisão sobre uma deliberação de Câmara nunca tem a ver, e passo a citar o Sr. Vereador Aurélio, “para agradar ao munícipe”, independentemente de serem observadas as questões legais.*

*Toda a vida pugnei pelo respeito da legalidade e assim o continuarei a fazer.*

*Na altura em que foi tomada esta deliberação de Câmara tinha o entendimento de que poderíamos tomar uma decisão política independentemente da apreciação técnica que acompanhava este processo.*

*Tratava-se, como todos sabem, de um investimento que era, e é, fulcral para o desenvolvimento do turismo do nosso concelho.*

*Quando este assunto nos foi apresentado acreditava eu, como o próprio empresário referia, que se tornava inviável poder continuar a mantê-lo dado os custos da água para abastecer as piscinas do Mariparque. Não se tratava por isso, na minha opinião à época, de abastecimento de água conforme constava, e consta, no regulamento dos valores para outro qualquer estabelecimento empresarial.*

*Foi por isso que, julgando estar de acordo com uma interpretação que foi de todo o executivo, à data, a mesma, com exceção do Sr. Vereador Aurélio, que fez a minha apreciação e votei nesse sentido.*

*Na data em que tive conhecimento de que não era possível aplicar essa deliberação de Câmara por ser considerada um ato nulo, a trouxe de novo à Câmara para regularizar a situação e poder atuar com base na legalidade exigindo, na sequência de tal, que os procedimentos e o pagamento fossem iguais para todos.*

*Prova do respeito pelas apreciações técnicas que vêm durante este mandato foi que votei de acordo com a decisão da deliberação de 10/12/2018, ao contrário daquilo que fizeram os Srs. Vereadores, que também tomaram uma decisão política.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:30 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
--